

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 1149/2025

Caderno de Encargos

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA, INCLUINDO O
FORNECIMENTO DOS CONSUMÍVEIS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO,
DOS EDIFÍCIOS DO CAMPUS DA NOVA FCT**

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	5
Cláusula 1. ^a	5
Objeto	5
Cláusula 2. ^a	5
Coordenação da prestação de serviços	5
Cláusula 3. ^a	5
Prazo e local da prestação dos serviços	5
Cláusula 4. ^a	7
Forma de documentos contratuais	7
Cláusula 5. ^a	7
Preço base	7
Cláusula 6. ^a	8
Preço e condições de pagamento	8
Cláusula 7. ^a	9
Sanções	9
Cláusula 8. ^a	11
Encargos e responsabilidades do Adjudicatário	11
Cláusula 9. ^a	12
Obrigações do Adjudicatário	12
Cláusula 10. ^a	13
Objeto do dever de sigilo	13
Cláusula 11. ^a	14
Obrigações da NOVA FCT	14
Cláusula 12. ^a	14
Patentes, licenças e marcas registadas	14
Cláusula 13. ^a	14
Cessão da posição contratual	14
Cláusula 14. ^a	15
Gestor do Contrato	15
Cláusula 15. ^a	15
Comunicações e notificações	15
Cláusula 16. ^a	15
Casos fortuitos ou de força maior	15
Cláusula 17. ^a	17
Caução para garantir o cumprimento de obrigações	17

Cláusula 18. ^a	17
Rescisão do contrato	17
Cláusula 19. ^a	17
Direito aplicável.....	17
Cláusula 20. ^a	18
Foro competente.....	18
PARTE II - Cláusulas técnicas.....	19
Cláusula 21. ^a	19
Inspeção do local da prestação dos serviços.....	19
Cláusula 22. ^a	19
Instalações	19
Cláusula 23. ^a	19
Períodos da prestação de serviço e meios humanos a utilizar	19
Cláusula 24. ^a	20
Supervisor(a).....	20
Cláusula 25. ^a	20
Atividades a executar na limpeza periódica	20
Cláusula 26. ^a	22
Atividades a executar pelo piquete de limpeza.....	22
Cláusula 27. ^a	22
Periodicidade das atividades a executar pelo serviço de limpeza	22
Cláusula 28. ^a	24
Procedimentos gerais a seguir nos trabalhos	24
Cláusula 29. ^a	25
Recolha e encaminhamento de resíduos.....	25
Cláusula 30. ^a	27
Fornecimento de consumíveis de limpeza e higiene necessários à prestação dos serviços.....	27
Cláusula 31. ^a	28
Equipamento técnico afeto à prestação dos serviços	28
Cláusula 32. ^a	29
Níveis de serviço.....	29
Cláusula 33. ^a	30
Condições da prestação dos serviços.....	30
Cláusula 34. ^a	31
Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza	31
Cláusula 35. ^a	32
Fiscalização e controlo de qualidade	32
Cláusula 36. ^a	32

Auditorias / Fiscalização	32
Cláusula 37ª	33
Prestação de serviços adicionais	33
Cláusula 38ª	33
Conduta Ambiental	33
Cláusula 39ª	33
Formação técnica do pessoal/equipamentos	33
Cláusula 40ª	34
Instrumento de regulamentação de trabalho	34
Cláusula 41ª	34
Regulamentação interna da NOVA FCT	34

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de higiene e limpeza, incluindo o fornecimento dos consumíveis necessários à sua execução, dos edifícios do *campus* da NOVA FCT.
2. Os serviços de limpeza serão executados de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos e demais legislação aplicável.
3. A prestação de serviços compreende, designadamente, a realização regular de operações de limpeza, higiene e conservação das instalações, bem como o fornecimento de consumíveis de uso corrente, nomeadamente produtos de limpeza, papel higiénico, toalhas de mão, sabonete líquido, sacos para lixo, entre outros materiais imprescindíveis à execução do serviço, conforme as especificações técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.
4. A prestação dos serviços deverá assegurar níveis elevados de qualidade, higiene e salubridade, garantindo a boa conservação dos espaços, o bem-estar da comunidade académica e o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo em matéria de segurança, ambiente e saúde pública.
5. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n.º 213/2008), com o Código 90910000-9 – Serviços de Limpeza.

Cláusula 2.^a

Coordenação da prestação de serviços

A coordenação destes serviços será efetuada pela Divisão de Sustentabilidade e Espaços Verdes da NOVA FCT.

Cláusula 3.^a

Prazo e local da prestação dos serviços

1. O contrato inicia-se previsivelmente no dia 21 de novembro de 2025, ou na data da aposição da última assinatura eletrónica, caso esta ocorra em momento posterior, mantendo-se em vigor até 20 de novembro de 2026, com possibilidade de renovação por dois (2) períodos adicionais de 12 meses cada, salvo denúncia por qualquer das partes,

sem prejuízo do disposto, as obrigações acessórias cuja natureza assim o justifique subsistirão para além da cessação do contrato.

2. A denúncia deverá ser efetuada mediante carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 120 dias relativamente ao termo da vigência inicial ou de qualquer das renovações.
3. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
4. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente publico, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
5. A prorrogação prevista no número anterior não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
6. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 6.ª, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização.
7. O Adjudicatário obriga-se a iniciar a prestação dos serviços objeto do presente procedimento na data prevista no n.º 1 da presente cláusula ou, caso a aposição da última assinatura eletrónica do contrato ocorra em data posterior, no primeiro dia útil subsequente a essa data.
8. O Adjudicatário deverá consultar os calendários escolares através do endereço: <https://www.fct.unl.pt/estudante/informacao-academica/prazos>.
9. Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações da NOVA FCT, localizadas no Campus de Caparica, Quinta da Torre, 2829-516 Caparica, compreendendo os seguintes edifícios: Edifício I, II, III, IV, Grande Auditório, Edifício Departamental, VII, VIII, IX, X, XI, XII, Biblioteca, Hangares II e III, Portaria Principal, CENIMAT e Centro de Excelência para o Ambiente. Excluem-se as áreas concessionadas, nos vários edifícios.
10. Os edifícios identificados no número anterior correspondem, à data, às instalações onde se prevê a prestação dos serviços. No entanto, a NOVA FCT poderá, sempre que considere necessário e de forma fundamentada, proceder à reafetação dos trabalhadores afetos à operativa, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos. Esta possibilidade justifica-se pela execução de diversas empreitadas em curso nas instalações da NOVA FCT, as quais poderão implicar o encerramento temporário de determinados edifícios, a reabertura de outros espaços, bem como o eventual reforço dentro da operativa, da prestação de serviços noutros edifícios da NOVA FCT.
11. As alterações temporárias decorrentes da reafetação da prestação dos serviços, designadamente o encerramento ou reabertura de edifícios, bem como o reforço ou redução da prestação de serviços em determinados edifícios, nos termos previstos no número anterior, não conferem ao Adjudicatário qualquer direito a indemnização, a qualquer título, nem constituem fundamento para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato ou para a sua modificação objetiva.

Cláusula 4.^a

Forma de documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito, no prazo máximo de trinta dias após a aceitação da respetiva minuta pelo Adjudicatário.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas efetuadas nos termos do disposto no artigo 50º do CCP;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

Cláusula 5.^a

Preço base

1. O preço base (preço máximo que a NOVA FCT se dispõe a pagar pela execução do contrato a celebrar) é de € 2.600.000,00 (dois milhões e seiscientos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a totalidade do prazo contratual, incluindo, nomeadamente, eventuais renovações e o fornecimento de todos os consumíveis de limpeza e higiene necessários à adequada prestação dos serviços
2. A fixação do preço base resulta da valoração do preço contratual resultante dos valores da prestação do mesmo serviço nos últimos 3 anos e tendo em consideração os aumentos salariais entretanto ocorridos.
3. Para efeitos do disposto no número 2 do artigo 46.º-A do CCP, a não divisão do procedimento em lotes, é fundamentada em virtude da prestação de serviços objeto do presente procedimento ser funcionalmente incindível.
4. A proposta a apresentar deverá considerar a afetação da operativa completa ao serviço durante períodos de 12 meses, nos termos definidos para a totalidade do prazo contratual previsto no presente Caderno de Encargos.
5. A NOVA FCT encerra dez dias úteis consecutivos durante o mês de agosto de cada ano, sendo as datas concretas definidas anualmente pela Direção. Durante esse período, o valor correspondente à redução da operativa será deduzido proporcionalmente, nos termos do n.º 2 da Cláusula 23.^a, na fatura relativa ao mês em causa. Sem prejuízo

do disposto, poderá a NOVA FCT, em sede de execução contratual, determinar a necessidade de manutenção da operativa completa durante esse período, devendo tal decisão ser comunicada atempadamente ao adjudicatário.

6. Adicionalmente, poderão ocorrer outros períodos de encerramento parcial ou total das instalações, igualmente definidos pela Direção da NOVA FCT, que se prevê, sejam de 6 dias úteis por ano. Sempre que tais encerramentos impliquem a suspensão ou redução da operativa, o valor da fatura mensal será ajustado de forma proporcional. Não obstante, poderá ser determinada a manutenção da operativa completa nesses períodos, mediante comunicação prévia ao adjudicatário.

7. Os ajustamentos referidos na presente cláusula não conferem ao adjudicatário qualquer direito a indemnização, compensação ou revisão do preço contratual, a qualquer título.

8. No mês que respeita ao período de encerramento total ou parcial das instalações e, por esse motivo, haja redução total ou parcial da operativa o valor a faturar pelo serviço prestado irá refletir a redução do efetivo observada no mês em causa.

9. O preço base definido para o presente procedimento já contempla o previsível acréscimo da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para o ano de 2026, pelo que, relativamente a esse ano civil, não será admitido qualquer pedido de atualização extraordinária do preço contratual, no âmbito de contratos de aquisição de serviços com duração plurianual.

Cláusula 6.ª

Preço e condições de pagamento

1. Pelos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a NOVA FCT deve pagar ao Adjudicatário os valores correspondentes constantes da proposta apresentada, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor.

2. As quantias devidas serão pagas mensalmente, nos termos do número anterior, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção, pela NOVA FCT, da respetiva fatura devidamente emitida. A(s) fatura(s) deverá conter a discriminação detalhada dos serviços prestados e comprovar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, designadamente: o registo do compromisso na fatura, a indicação do número do contrato e a verificação da situação contributiva relativamente a impostos e contribuições regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social.

3. O preço referido no número um da presente Cláusula, inclui todas as despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, administrativas, formação, apoio técnico, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ao longo do período de vigência do contrato.

4. Se o mês a que a prestação se refere não tiver sido completo, designadamente nos casos de início e termo do prazo contratual, a mesma será ajustada proporcionalmente.
5. No mês que respeita ao período de encerramento das instalações, o valor a faturar pelo serviço prestado irá refletir a redução do efetivo observada no mês em causa.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Adjudicatário deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.
7. A fatura relativa ao contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento deverá mencionar os dados que serão comunicados ao Adjudicatário após a celebração do contrato.
8. Só serão aceites faturas que sejam devidamente emitidas observando o disposto nos números anteriores.
9. Em caso de discordância por parte da NOVA FCT, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, suspendendo-se o prazo de pagamento até à regularização da situação.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de transferência bancária.
11. Em caso de atraso da NOVA FCT no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
12. Sendo solicitado pelo fornecedor, adiantamentos de preço, os mesmos só poderão ser efetuados nos termos do artigo 292º do CCP.
13. Só são efetuados pagamentos após o pagamento dos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas pela concessão do visto pelo cocontratante, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, quando aplicável.

Cláusula 7.ª

Sanções

1. A NOVA FCT aplicará sanções por incumprimento contratual, nos seguintes termos que se apresentam abaixo indicados.
 - 1.1. Sanções a aplicar em resultado da realização de auditoria interna: serão aplicadas sanções em função do resultado das auditorias de avaliação da qualidade do serviço a realizar, conforme definido na Cláusula 34ª do presente documento.
 - a) São consideradas não conformes o resulta da auditoria, no mês em causa, que resulte numa avaliação com uma pontuação final < 80 %.

b) A Sanção a aplicar será calculada da seguinte forma:

- $V_{\text{sanção}} = |0,80 - \text{Pontuação obtida}| \times V_{\text{contrato mensal}}$;
- O Valor da sanção a aplicar será deduzido ao valor fixo contratado na fatura do mês a que respeita a auditoria realizada;
- Pontuação obtida = Pontuação média (aritmética) apurada na auditoria realizada no mês em causa, quando a mesma for inferior a 0,8;
- $V_{\text{contrato mensal}}$ = Valor fixo contratado a pagar mensalmente pela prestação de serviço.

2. Sanções a aplicar em resultado de infração grave ou muito grave.

2.1. Ainda conforme definido na Cláusula 34ª do presente Caderno de Encargos, serão cumulativamente aplicadas sanções por cada não-conformidade, de acordo com o grau de gravidade – muito grave e grave, verificada nos processos e meios utilizados nos Serviços de Limpeza. A sanção a aplicar será calculada da seguinte forma:

a) Infrações muito graves:

- i) Número de infrações muito graves $\geq 2/\text{mês}$, penalização de 2% do valor do contrato mensal;
- ii) Número de infrações muito graves $< 2/\text{mês}$, penalização de 1% do valor do contrato mensal;

b) Infrações graves:

- i) Número de infrações graves $\geq 4/\text{mês}$, penalização de 1% do valor do contrato mensal;
- ii) Número de infrações graves $< 4/\text{mês}$, penalização de 0,5% do valor do contrato mensal;

c) São infrações muito graves, as que estão assinaladas como “MG” no **Anexo IX**.

d) São consideradas infrações graves as que estão assinaladas como “G” tal no **Anexo IX**.

3. Sanções a aplicar por incumprimento da operativa e/ou da disponibilização dos materiais e/ou equipamentos afetos à prestação de serviço, conforme definido no Caderno de Encargos.

3.1. Cumulativamente ao referido nos números anteriores, por incumprimento da operativa e/ou da disponibilização dos materiais e/ou dos equipamentos afetos à prestação de serviço definida no Caderno de Encargos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a) Pela não substituição dos funcionários ausentes por motivos alheios à NOVA FCT (baixa médica, férias ou outras ausências) é aplicada uma sanção fixa de 500,00 € (quinhentos euros), por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
- b) Pelo incumprimento da operativa definida no Caderno de Encargos é aplicada uma sanção fixa de 500,00 € (quinhentos euros), por cada dia em que se mantenha a ocorrência;

c) Pela falha no fornecimento e/ou na reposição de quaisquer materiais, equipamentos e/ou produtos de limpeza, cujo fornecimento seja feito ao abrigo do presente Caderno de Encargos e/ou quando tais fornecimentos tenham sido especificamente solicitados pela NOVA FCT é aplicada uma sanção fixa de 200,00 € (duzentos euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;

d) Pela alteração do fornecimento de materiais, equipamentos e/ou produtos de limpeza definidos no presente Caderno de Encargos sem autorização prévia da NOVA FCT é aplicada uma sanção fixa de 200,00 € (duzentos euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;

e) Pela desatualização de listagem de trabalhadores afetos à prestação de serviço, nos termos da alínea h) da Cláusula 32ª do presente Caderno de Encargos, é aplicada uma sanção fixa de 300,00 € (trezentos euros) por cada dia em que se mantenha a ocorrência.

4. Será deduzido no pagamento da fatura mensal a importância correspondente às sanções a aplicar.

Cláusula 8.ª

Encargos e responsabilidades do Adjudicatário

1. O Adjudicatário responde pelos danos que causar à NOVA FCT em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.

2. Sempre que resultem da incorreta execução do contrato, da atuação ou do comportamento (culposos ou negligentes) deficientes, incorretos ou pouco zelosos do pessoal do Adjudicatário, ou da falta de segurança ou da qualidade dos materiais utilizados, são da responsabilidade do Adjudicatário a reparação e indemnização dos prejuízos ou danos causados até à execução definitiva do contrato.

3. A responsabilidade consignada no número anterior é, contudo, afastada desde que comprovadamente, os danos ou prejuízos causados decorram de motivos não imputáveis ao Adjudicatário e seus trabalhadores ou que resultem da própria natureza ou conceção da prestação de serviços adjudicada.

4. O Adjudicatário é responsável pelos possíveis danos ou extravios comprovadamente provocados pelo pessoal ao seu serviço e quaisquer prejuízos que resultem do não cumprimento do contrato, designadamente por danos causados nos equipamentos da NOVA FCT.

5. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os encargos com salários, prémios de seguro e participações para a segurança social, resultantes da lei ou do contrato, relativos ao seu pessoal, bem como prejuízos causados a terceiros.

6. São da responsabilidade do Adjudicatário os encargos com a formação do pessoal afeto à execução do contrato e a esta necessária e com o respetivo fardamento dos trabalhadores a prestarem serviço.

7. É da responsabilidade do Adjudicatário garantir cobertura por seguro de acidentes de trabalho de todo o pessoal afeto ao serviço.
8. É da responsabilidade do Adjudicatário o fornecimento dos produtos e dos equipamentos/utensílios de limpeza necessários à prestação de serviço.
9. O Adjudicatário responde ainda perante a NOVA FCT pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato a celebrar, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
10. O Adjudicatário é responsável pela disciplina e aptidão profissional do seu pessoal bem como pela reparação de todos os prejuízos por eles causados à NOVA FCT e a terceiros.
11. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares em vigor, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nomeadamente no que concerne à organização do tempo de trabalho, aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança, saúde e assistência em caso de acidente de trabalho nos termos da legislação aplicável e em vigor.
12. O Adjudicatário é responsável por retirar dos locais da referida prestação de serviços, sempre que lhe seja indicado pela NOVA FCT, o pessoal que tenha desrespeitado os colaboradores da NOVA FCT, provoque indisciplina ou seja menos probo no desempenho dos seus deveres.
13. A ordem indicada no número anterior deverá ser fundamentada por escrito quando o Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo do imediato afastamento do pessoal.

Cláusula 9.^a

Obrigações do Adjudicatário

O Adjudicatário obriga-se:

- a) A fornecer os serviços e bens objeto do presente contrato de acordo com o solicitado no presente Caderno de Encargos.
- b) Ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- c) A fornecer os serviços e bens de acordo com as especificações mínimas constantes do Caderno de Encargos, em que as especificações devem ser exata e integralmente cumpridas, e cujo não cumprimento implica a exclusão da proposta.

- d) Ao cumprimento das Normas de Segurança individuais e coletivas, na execução dos serviços necessários.
- e) A afetar à prestação de serviços todos os recursos materiais e humanos necessários ao bom cumprimento da mesma.
- f) A utilizar sempre trabalhadores em condições físicas adequadas ao desempenho dos serviços que se obriga a prestar.
- g) A garantir e assegurar que os recursos humanos propostos têm o perfil técnico e comportamental adequado e garantem a totalidade das necessidades de conhecimento para a prestação de serviço em causa.
- h) A aceitar a supervisão do contrato pela NOVA FCT, conforme procedimento pré-definido.
- i) A permitir que a NOVA FCT acompanhe o desenvolvimento da prestação de serviços, nomeadamente, que fiscalize ou audite, em qualquer momento, os serviços objeto do presente procedimento.
- j) A fornecer toda e qualquer informação relativa à prestação, sempre que solicitado pela NOVA FCT, bem como disponibilizar-se para participar em reuniões de acompanhamento da execução do contrato.
- k) A manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes na sua proposta.
- l) A substituir os trabalhadores caso se verifique que o perfil dos mesmos não se adequa às exigências da função e que revelarem desempenho ou comportamento não satisfatório mediante avaliação, durante a execução do contrato.
- m) A aceitar que terminado o contrato, o Adjudicatário fica obrigado a devolver toda a informação e registos, independentemente do formato suporte (papel, ficheiros eletrónicos) à NOVA FCT.
- n) A assistir e responsabilizar-se pelos trabalhadores que utilizar durante a execução da prestação dos serviços.
- o) A cumprir, além de outros compromissos legais, com a Segurança Social e possuir seguro de acidentes de trabalho atualizado para todo o pessoal.

Cláusula 10.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à NOVA FCT, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do respetivo contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do respetivo contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Obrigações da NOVA FCT

1. A NOVA FCT obriga-se a:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo Adjudicatário;
- b) Fornecer água e energia elétrica necessárias para a execução dos trabalhos;
- c) Ceder espaço adequado para armazenagem de utensílios/equipamentos de limpeza;
- d) Ceder um armazém geral para os produtos de limpeza;
- e) Ceder instalações para o pessoal do Adjudicatário usar como vestiário.

2. Os espaços mencionados no número anterior serão determinados pela NOVA FCT antes do início da prestação de serviços.

Cláusula 12.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Cláusula 13.ª

Cessão da posição contratual

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da NOVA FCT, nos termos do CCP.

Cláusula 14.ª

Gestor do Contrato

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato relativo ao presente procedimento, o Gestor de Contrato nomeado, ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será indicado no respetivo contrato.
2. São da responsabilidade do Gestor do Contrato acompanhar permanentemente a execução deste, em nome da NOVA FCT, ao abrigo do Art.º 290.º - A do Código dos Contratos Públicos.
3. Caso o Gestor do Contrato detete desvio, defeitos e outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato à NOVA FCT, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas, que em cada caso, se revelem adequadas que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as notificações da NOVA FCT dirigidas ao Adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo Adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as notificações do Adjudicatário dirigidas à NOVA FCT são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

NOVA FCT – Divisão de Sustentabilidade e Espaços Verdes

Morada: Campus de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica

Telefone: 21 294 83 00

Endereço eletrónico: div.sev.sec@fct.unl.pt
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 16.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de força maior ou casos fortuitos, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) avarias nos sistemas informáticos ou mecanismos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.
7. Havendo situações pontuais de trabalhadores que se recusem a prestar serviço por conflitos com o patronato, o Adjudicatário obriga-se a substituir esses trabalhadores no mesmo dia. Se a substituição não for possível, por cada trabalhador em falta, serão descontados esses serviços na mensalidade referente ao mês seguinte em que se der esta situação.

Cláusula 17.ª

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o Adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante global da prestação de serviço, com exclusão do IVA.
2. A NOVA FCT pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo Adjudicatário.
3. No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do Adjudicatário, a NOVA FCT promove a liberação da caução a que se refere o nº 1.
4. Todas as despesas derivadas da prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 18.ª

Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços por período superior a 10 (dez) dias úteis.
3. A NOVA FCT poderá rescindir o contrato se o valor faturado ou apurado for igual ou inferior a 70 % do valor fixo mensal contratado em 2 meses seguidos ou em 3 meses durante o período do contrato devido à aplicação de sanções por incumprimento dos níveis de serviço e/ou fornecimento deficiente em quantidade ou qualidade dos produtos, sem prejuízo do direito de aplicação das sanções a que haja lugar.

Cláusula 19.ª

Direito aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplicam-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - Cláusulas técnicas

Cláusula 21.ª

Inspeção do local da prestação dos serviços

Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão no dia __/__/2025 às __h__, visitar o local onde será prestado o serviço, com o objetivo de proporcionar aos concorrentes um conhecimento das condições do local que influam no modo de prestação de serviço. Para efeito de acompanhamento da visita por parte de representante da NOVA FCT, deverá a mesma ser agendada através do email: div.sev.sec@fct.unl.pt.

Cláusula 22.ª

Instalações

Os serviços serão prestados no endereço indicado na Cláusula 3ª deste Caderno de Encargos.

Cláusula 23.ª

Períodos da prestação de serviço e meios humanos a utilizar

1. Decorrente do normal funcionamento da NOVA FCT, a operativa a afetar ao serviço, bem como os períodos de trabalho serão os seguintes:

- a) 1 Supervisora de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas;
- b) 1 Encarregado(a) Geral de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 16:00 horas;
- c) 1 Encarregado(a) de 2ª a 5ª feira das 13:00 às 21:00, 6ª feira 12:00 às 21:00 e ao Sábado das 7:00 às 11:00 horas;
- d) 11 Trabalhadores(as) de limpeza (piquete), de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas;
- e) 6 Trabalhadores(as) de limpeza de 2ª a 6ª feira, das 6:00 às 09:00 horas e ao Sábado das 6:00 às 11:00 horas;
- f) 4 Trabalhadores(as) de limpeza de 2ª a 6ª feira, das 7:00 às 08:00 horas;
- g) 40 Trabalhadores(as) de limpeza de 2ª a 5ª feira, das 18:00 às 21:00 horas, 6ª feira das 17:00 às 21:00 e ao sábado das 7:00 às 11:00 horas;
- h) 1 Lavador(a) de vidros de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas;
- i) 1 Lavador(a) de vidros de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 16:00 horas.

2. No período de 2 semanas, correspondente ao encerramento das instalações da NOVA FCT, cuja data será definida anualmente pela Direção da NOVA FCT e comunicada com a maior antecedência possível ao Adjudicatário, haverá lugar a uma redução da operativa a afetar ao serviço, mantendo-se apenas um serviço mínimo constituído por 4 trabalhadores de limpeza, nos dias úteis, entre as 8:00 e as 17:00 horas.
3. A redução de efetivo, referida no número anterior, irá refletir-se, proporcionalmente, na fatura correspondente a esse mês.
4. A direção técnica dos serviços contratados deverá ser confiada a um técnico de reconhecida competência, cuja identificação deverá ser indicada à NOVA FCT. Todas as falhas, erros ou omissões de qualquer natureza, praticados pelos técnicos ou seus ajudantes são, para todos os efeitos, da responsabilidade do Adjudicatário.
5. Os intervalos para descanso, bem como os horários de trabalho mencionados nos pontos anteriores, poderão ser alterados, de acordo com as necessidades do serviço, excluindo-se o aumento das cargas horárias previstas.
6. O não cumprimento de qualquer dos pontos definidos na presente Cláusula constituirá uma Infração Muito Grave, aplicando-se as sanções definidas na Cláusula 7ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 24.ª

Supervisor(a)

1. O Adjudicatário obriga-se a nomear por escrito, de entre o pessoal de limpeza destacado permanentemente na NOVA FCT, um(a) Supervisor(a) que deverá coordenar o pessoal da empresa e que deverá receber orientações da Divisão de Sustentabilidade e Espaços Verdes da NOVA FCT.
2. A nomeação de Supervisor(a) deverá ser posteriormente aprovada pelos Responsáveis da Divisão de Sustentabilidade e Espaços Verdes da NOVA FCT.
3. O(A) Supervisor(a) deverá estar permanentemente contactável.

Cláusula 25.ª

Atividades a executar na limpeza periódica

1. As atividades de limpeza diária serão executadas pelos (as) trabalhadores (as) de limpeza indicados (as) nas alíneas e), f) e g) do número 1 da Cláusula 23ª do presente Caderno de Encargos e compreendem as seguintes rotinas:
 - 1.1 Limpeza de pavimentos:
 - a) Varrimento manual de pavimentos;
 - b) Limpeza de carpetes com máquinas extratoras;

- c) Varrimento mecânico de grandes superfícies;
- d) Limpeza húmida de pavimentos;
- e) Tratamento de pisos com ceras acrílicas;
- f) Manutenção e restauração de superfícies em pedra.

1.2 Limpeza de paredes:

- a) Remoção manual de teias de aranha, papéis e autocolantes;
- b) Limpeza húmida de paredes.

1.3 Limpeza de tetos:

- a) Remoção manual de teias de aranha e poeiras;
- b) Limpeza húmida de tetos.

1.4. Limpeza de mobiliário/equipamentos:

- a) Limpeza e desinfecção de sanitários;
- b) Limpeza de móveis estofados;
- c) Higienização de telefones;
- d) Limpeza húmida de mobiliário;
- e) Limpeza de portas de vidro, madeira, maçanetas, etc.

1.5. Coleta e remoção dos resíduos de todos os espaços da NOVA FCT, nomeadamente gabinetes, salas de aula, laboratórios, espaços técnicos e zonas de circulação, de acordo com a política de gestão de resíduos em vigor na NOVA FCT.

2. As atividades de limpeza periódica a executar pelos (as) lavadores (as) de vidros indicados (as) nas alíneas h) e i) do número 1 da Cláusula 23ª do presente Caderno de Encargos e compreendem as seguintes rotinas:

- a) Limpeza de vidros;
- b) Limpeza húmida de caixilhos, com especial atenção para a limpeza regular dos excrementos de pombos;
- c) Limpeza húmida de estores;
- d) Limpeza húmida de parapeitos (beirados), com especial atenção para a limpeza regular dos excrementos de aves.

Cláusula 26.^a

Atividades a executar pelo piquete de limpeza

As atividades de limpeza periódica serão executadas pelos(as) trabalhadores(as) de serviço de piquete indicados(as) na alínea d) da Cláusula 23^a do presente Caderno de Encargos e compreendem as seguintes rotinas diárias:

- a) Garantir a reposição dos consumíveis nas instalações sanitárias nomeadamente, sabonete, papel higiénico e toalhas de papel das mãos.
- b) Garantir um muito bom estado de limpeza e de higienização das instalações sanitárias, com um mínimo de 4 visitas regulares ao longo do dia, que deverão ser registadas em quadro afixado para o efeito.
- c) Garantir um muito bom estado de limpeza e de higienização das salas de reuniões e salas pedagógicas, laboratórios, gabinetes, com recolha dos resíduos e reposição de mesas e cadeiras nos locais adequados, sempre que tal seja necessário.
- d) Garantir um muito bom estado de limpeza e de higienização das zonas de circulação e áreas comuns.
- e) Garantir a realização de limpezas adicionais dos espaços da NOVA FCT, quando tal se justifique ou seja solicitado.
- f) Garantir a assistência a todas as situações de emergência que ocorram durante o seu horário de permanência nas instalações.

Cláusula 27.^a

Periodicidade das atividades a executar pelo serviço de limpeza

As atividades a serem executadas periodicamente deverão respeitar, no mínimo, o que se encontra definido na tabela seguinte:

Espaços	Espaço Técnico	Salas de Aula	Gabinetes	Salas de Reuniões	Laboratório	Instalações Sanitárias	Espaços de Circulação	Grande Auditório
Atividades								
Pavimentos								
Varrimento manual de pavimentos e remoção de autocolantes	M	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN
Limpeza de carpetes com máquinas extratoras	SN	SN	SN	SN	SN	n.a.	SN	S

Espaços	Espaço Técnico	Salas de Aula	Gabinetes	Salas de Reuniões	Laboratório	Instalações Sanitárias	Espaços de Circulação	Grande Auditório
Atividades								
Limpeza húmida de pavimento	M	D	S	D	D	D	D	S (palco)
Limpeza a seco do pavimento	M	D	D	D	D	D	D	D
Tratamento de pisos com ceras acrílicas	SN	SN	SN	M	SN	n.a.	SN	SN
Manutenção e restauração de superfícies em pedra	SN	SN	SN	SN	SN	M	M	SN
Paredes								
Limpeza húmida de paredes.	SN	M	SN.	SN	M	D	n.a.	SN
Tetos								
Remoção de teias de aranha e poeiras.	M	M	M	M	M	M	M	SN
Janelas								
Limpeza de vidros (exterior e interior)	M	M	M	M	M	M	M	M
Limpeza Húmida de caixilhos	M	M	M	M	M	M	M	M
Limpeza húmida de estores.	M	M	M	M	M	M	M	M
Limpeza húmida de parapeitos (beirados).	M	M	M	M	M	M	M	M
Limpeza de vidros exteriores apenas acessíveis com plataforma elevatória.	SE	SE	SE	SE	SE	SE	SE	SE
Mobiliário/Equipamentos								
Limpeza e desinfecção de sanitários	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	D	n.a.	D
Limpeza de móveis estofados	n.a.	M	M	M	n.a.	M	M	M
Higienização de telefones	n.a.	n.a.	M	M	M	n.a.	n.a.	n.a.
Limpeza húmida de mobiliário – estantes, armários, secretárias, candeeiros, recipientes de resíduos	M	S	S	M	M	n.a.	M	SN
Limpeza de quadros	n.a.	D	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limpeza de portas de vidro, madeira, maçanetas, etc.	M	S	S	S	S	D	D	S

Espaços	Espaço Técnico	Salas de Aula	Gabinetes	Salas de Reuniões	Laboratório	Instalações Sanitárias	Espaços de Circulação	Grande Auditório
Atividades								
Recolha de resíduos								
Coleta e remoção de resíduos no interior dos edifícios	S	D	D	D	D	D	D	SN

D – Diário | S – Semanal | M – Mensal | SE – Semestral | NA – Não aplicável | SN – Sempre que necessário

Espaço técnico – consideram-se os locais onde estão localizados os equipamentos técnicos, nomeadamente, central de bombagem, central de aquecimento, centrais telefónicas, salas de bastidores, grupo gerador, central de ar comprimido, armazém/arrumos. – Estes trabalhos deverão ser sempre supervisionados por técnicos de Manutenção, de modo a esclarecer as áreas a intervir, as zonas de risco, as zonas a não intervir, prevenindo-se desta forma eventuais acidentes.

Sala de aula – inclui as salas de aulas, salas de estudo, salas de computadores, salas de leitura, anfiteatros, salas de leitura da biblioteca.

Gabinete – inclui os locais de trabalho, individuais ou de grupo, as secretarias, os espaços de refeição e/ou outros.

Laboratório – considera-se o espaço onde se realiza o estudo experimental de um ramo da ciência ou se aplicam os conhecimentos científicos com objetivo prático. Exemplo: laboratório de química, física, etc.

Espaços de circulação – inclui os átrios, os corredores, as escadas, os elevadores e outros de acesso aos espaços enumerados anteriormente.

Cláusula 28.ª

Procedimentos gerais a seguir nos trabalhos

1. Na lavagem das superfícies devem-se cumprir as seguintes normas gerais de limpeza:

- As paredes e pisos são limpos com água e detergente, rodo e pano ou esfregona;
- Os equipamentos metálicos ou de madeira são limpos com água, pano húmido, usando detergente consoante a necessidade;
- Os equipamentos elétricos e eletrónicos devem ser limpos com pano seco ou com o mínimo de humidade;
- A limpeza deve começar das superfícies superiores para as inferiores e das superfícies mais afastadas para as mais perto das portas;
- As sanitas, pias de despejo e urinóis fixos devem ser limpos com água e detergente, e, passados com desinfetante apropriado;
- As ceras usadas para o tratamento de pavimento deverão ter características anti-derrapantes;

- g) Os corredores e átrios deverão ser limpos após todas as outras superfícies;
 - h) As águas são renovadas de sala para sala, os panos devem ser higienizados de superfície para superfície.
2. Os trabalhos deverão ser executados procurando causar a menor perturbação possível ao funcionamento dos serviços, respeitando as normas técnicas e as de funcionamento da NOVA FCT.
 3. Sempre que se proceda à lavagem do pavimento e durante o período em que este apresente risco de escorregamento, a área deverá estar devidamente assinalada.
 4. Poderão ser aplicados outros procedimentos de limpeza, não referidos no presente Caderno de Encargos.
 5. A NOVA FCT pode fiscalizar a execução dos trabalhos e mandar suspender os que não estejam a ser realizados de acordo com as especificações do contrato ou nas melhores condições de segurança, mas nem a sua fiscalização, nem o facto de ordenar essa suspensão, diminui a responsabilidade do Adjudicatário relativamente ao contrato.
 6. O Adjudicatário poderá, no decorrer da prestação de serviços em curso e sem risco para o cumprimento desta, propor alterações justificadas que permitam a otimização de meios. Estas alterações só poderão vigorar após aprovação da NOVA FCT, não podendo estas propostas de alteração vir a justificar qualquer atraso ou pedido de indemnização.
 7. O Adjudicatário garantirá a todo o tempo, o grau de segurança e operacionalidade na prestação de serviços.

Cláusula 29.^a

Recolha e encaminhamento de resíduos

1. A recolha seletiva de resíduos gerados pelo funcionamento da NOVA FCT, faz parte das atividades a executar na limpeza periódica.
2. A recolha seletiva de resíduos deve ser realizada tendo em conta a existência das seguintes tipologias de resíduos urbanos: resíduos indiferenciados, resíduos de embalagens (papel, vidro, plástico e metal), ou outras a serem definidas posteriormente.
3. Os resíduos gerados encontram-se depositados nos contentores de acordo com o seguinte:
 - a) Resíduos indiferenciados: contentores de recolha indiferenciada, normalmente de cor preta;
 - b) Papel e cartão: ecoponto azul;
 - c) Embalagens de vidro: ecoponto verde;
 - d) Embalagens de plástico e metal: ecoponto amarelo.
4. A localização dos ecopontos encontra-se identificada no **Anexo X**.

5. O fornecimento dos sacos de plástico para a deposição e recolha indiferenciada e seletiva de resíduos será da responsabilidade do Adjudicatário.

6. Os contentores existentes nos edifícios, distribuídos pelos vários espaços da NOVA FCT, para a deposição indiferenciada e seletiva de resíduos (ecopontos), são disponibilizados e geridos pela NOVA FCT, pelo que a sua localização não deve ser alterada sem autorização prévia. Assim:

a) Nos contentores destinados a resíduos indiferenciados, o Adjudicatário deverá utilizar sacos de cor preta e ficará responsável pelo transporte destes resíduos para o exterior dos edifícios e a deposição nos respetivos contentores que se encontram nos “Pontos de Recolha”;

b) Nos contentores destinados à deposição seletiva de resíduos, o Adjudicatário deverá utilizar sacos de cor azul, amarela ou verde, conforme o resíduo em causa, e ficará responsável pelo transporte destes resíduos para o exterior dos edifícios e pela sua deposição nos ecopontos correspondentes, existentes nos “Pontos de Recolha”;

c) A localização dos “Pontos de Recolha” encontra-se definida no **Anexo XI**.

7. Os sacos a fornecer devem cumprir as características técnicas referidas na tabela abaixo. Na referida tabela, são igualmente, e para efeitos de apresentação das propostas, indicadas as quantidades anuais estimadas para cada um dos fornecimentos.

Designação	Dimensão	Quantidades anuais estimadas (número de sacos a fornecer)	Características
Sacos Pretos	120 litros	24000	Sacos em polietileno reciclado e reciclável, com sistema anti-gota, com espessura $\geq 20\mu$ e densidade ≥ 970 kg/m ³ , fornecidos no mínimo em rolos de 10 sacos cada.
	50 litros	24000	
	30 litros	48000	
Sacos Verdes	120 litros	1 700	
	50 litros	2 200	
Sacos Amarelos	120 litros	3 900	
	50 litros	4 000	
Sacos Azuis	120 litros	3 600	
	50 litros	4 000	

8. As quantidades referidas são apenas indicativas, para efeitos de apresentação da proposta, não sendo por isso vinculativas

9. A NOVA FCT, por motivo de alterações na política interna de gestão dos resíduos, poderá rever as quantidades indicadas na tabela anterior sempre que se registar uma variação $\pm 10\%$ no fornecimento. Nesta situação, poderá haver lugar a revisão dos custos associados, aplicando-se no cálculo os valores unitários apresentados para o consumível em questão (**Anexo XII** – Lista de preços unitários).

Cláusula 30.^a

Fornecimento de consumíveis de limpeza e higiene necessários à prestação dos serviços

1. O fornecimento e gestão de todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários à prestação de serviço são da responsabilidade do Adjudicatário.
2. O fornecimento e gestão de todos os produtos de limpeza, lavagem, desgorduramento, desinfeção e desodorização a utilizar, devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.), assumindo o Adjudicatário inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles.
3. O fornecimento de todos os consumíveis de limpeza e higiene (papel higiénico, papel toalha de mãos, sabonete líquido) são da responsabilidade do Adjudicatário.
4. Os consumíveis de limpeza e higiene a fornecer devem cumprir as características técnicas referidas na tabela abaixo. Na referida tabela, são igualmente indicadas as quantidades anuais estimadas para cada um dos fornecimentos, sendo que se tratam apenas de estimativas para efeito de apresentação das propostas, com base nos consumos atuais, não tendo por isso um carácter vinculativo para o fornecimento ao longo do contrato.

Identificação do Consumível	Descrição/Caraterísticas	Quantidades anuais estimadas
Papel Higiénico Jumbo	Papel higiénico Jumbo, reciclado, folha dupla, com pré-corte, entregue em embalagens de doze rolos, cada um com 180 (cento e oitenta) metros e com elevado nível de hidrossolubilidade.	2 000 embalagens
Papel Toalha de Mãos	Toalhas de mão formato Zig Zag, folha simples, reciclada, entregues em embalagens com vinte maços de 200 (duzentas) folhas cada, de dimensão aproximada de 210 x 200 mm, com elevado nível de hidrossolubilidade.	1 500 embalagens
Sabonete Líquido de Mãos	Sabonete líquido para mãos com Ph entre 5.5 e 6.5, densidade entre 1.005 e 1.030 g/cm ³ e viscosidade entre 4000 e 6000 cP, entregue em garrações de 5 litros.	200 garrações

5. Os consumíveis referidos na tabela anterior devem ser distribuídos mensalmente, por cada um dos edifícios do Campus, de acordo com as quantidades a indicar pelo cliente durante a execução do contrato.

Cláusula 31.ª

Equipamento técnico afeto à prestação dos serviços

1. O/a supervisor (a), as encarregadas, as funcionárias afetas ao serviço piquete e os lavadores de vidros deverão possuir rádio portátil, em frequência devidamente autorizada, ou telemóvel disponível para comunicações internas, garantindo-se a permanente comunicação entre si e com o cliente.

2. O/a supervisor (a) deverá possuir telemóvel de serviço, que permitam a comunicação entre o cliente e a própria entidade patronal, disponível 24 horas.

3. Não obstante a disponibilização do material, comum, necessário à execução das tarefas inerentes à prestação de serviço, deverá ser disponibilizado, o seguinte equipamento específico:

- a) placas de sinalização de piso escorregadio, por edifício, por piso e por entrada;
- b) 1 carro de limpeza, por cada trabalhador(a) afeta ao serviço;
- c) 1 carro de piquete, por cada trabalhador(a) do serviço de piquete;
- d) 1 aspirador de pó por edifício, com exceção do edifício departamental em que serão necessários dois aspiradores;
- e) 1 aspirador de água por edifício, com exceção do edifício departamental em que serão necessários 2 aspiradores (capacidade 30 litros e capacidade de 60 litros);
- f) 1 máquina manual rotativa, para a lavagem do chão, por edifício;
- g) 2 auto-lavadoras grandes;
- h) 3 aspiradores de pó de potência superior a 1800W, para o Grande Auditório;
- i) 1 máquina extratora para limpeza de carpetes/alcatifas;
- j) 1 máquina de pressão para a lavagem dos estores;
- k) 1 máquina de lavagem de estofos;
- l) 1 escadote por edifício;
- m) 2 escadas, com alcance de 10 metros;
- n) 1 plataforma elevatória para limpeza dos vidros exteriores (com uma periodicidade de disponibilização de 2 x ano);

o) equipamentos de proteção individual adequados à proteção dos(as) trabalhadores(as) face ao tipo de trabalho a executar, designadamente trabalhos em altura e trabalhos de limpeza e desinfeção específicos, nomeadamente luvas descartáveis, máscaras de proteção adequadas ao risco inerente à atividade e fatos de proteção.

4. Deverá ser disponibilizada uma caixa de primeiros socorros.

Cláusula 32.^a

Níveis de serviço

Sem prejuízo de outras obrigações, o Adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento das especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos e os seguintes requisitos e níveis de serviço:

- a) A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações afetas à NOVA FCT;
- b) É da responsabilidade do Adjudicatário controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, a qualidade dos produtos de limpeza e dos equipamentos utilizados na prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como controlar a apresentação dos(as) trabalhadores(as) ao serviço (ex.: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço);
- c) Durante a vigência dos contratos, a NOVA FCT reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
- d) A NOVA FCT poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal afeto ao serviço de limpeza que entenda não dever permanecer nas suas instalações;
- e) Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza deverão respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o Adjudicatário garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato;
- f) É da responsabilidade e encargo do Adjudicatário a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviço (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;
- g) Caso a NOVA FCT ceda equipamentos de limpeza para utilização por parte do Adjudicatário, será elaborado um documento de consignação que registará o estado em que os equipamentos são entregues, bem como eventuais anomalias ou necessidades de intervenção que se considerem necessárias para a sua operacionalidade em condições adequadas;

- h) O Adjudicatário obriga-se a apresentar à NOVA FCT uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes dos(as) trabalhadores e áreas a que estão afetos ao serviço. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o cocontratante, bem como a data de início e duração;
- i) O Adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a NOVA FCT;
- j) O Adjudicatário deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constante do **Anexo IX**;
- k) O Adjudicatário deve respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja exigida pela NOVA FCT.
- l) A NOVA FCT garantirá ao Adjudicatário o acesso às instalações para a prestação de serviço, devendo este respeitar as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações.
- m) É da responsabilidade do Adjudicatário a gestão operacional (colocação e reposição) dos consumíveis necessários à manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias;
- n) É da responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento de horários e a colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;
- o) O cumprimento e todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a NOVA FCT.

Cláusula 33.ª

Condições da prestação dos serviços

1. O transporte do pessoal até aos locais de trabalho é da responsabilidade do Adjudicatário.
2. Será ainda da responsabilidade do Adjudicatário:
 - a) Garantir que todos os trabalhadores se apresentem nos seus postos de trabalho devidamente fardados, com vestuário uniforme com indicação da firma e com a identificação pessoal;
 - b) Garantir a disponibilização de fardamento diferenciado para cada uma das funções de limpeza requeridas pela NOVA FCT;

- c) Definir e garantir a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) adequados às funções a desempenhar;
- d) Definir e garantir a correta utilização dos equipamentos, ferramentas/utensílios, e produtos de limpeza;
- e) Garantir a disponibilização dos produtos e de todos os equipamentos necessários à execução do Serviço;
- f) Respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja exigida pela NOVA FCT;
- g) Garantir o cumprimento, por parte dos trabalhadores afetos à prestação de serviço, de todas as normas vigentes da legislação portuguesa em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- h) Garantir o cumprimento, por parte dos trabalhadores afetos à prestação de serviço, de todas as normas internas da NOVA FCT.

Cláusula 34.ª

Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza

1. A avaliação do estado de limpeza é efetuada com recurso a auditorias, onde o auditor definirá se o estado da instalação está conforme os resultados definidos no **Anexo IX** e cumpre os requisitos e níveis de serviço exigidos.
2. As auditorias são realizadas pela NOVA FCT, acompanhado pelo Supervisor residente do Adjudicatário, ou outro Responsável designado por esta última, sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria.
3. Serão realizadas um mínimo 12 (doze) auditorias anuais;
4. Nas auditorias será atribuída uma avaliação de 0 (zero) para o trabalho Não Conforme e de 1 (um) para o trabalho Conforme.
5. As especificações para os níveis de serviço a executar e a classificação dos resultados pretendidos para cada uma das especificações são definidas no **Anexo IX**.
6. O resultado da avaliação do estado de limpeza, expresso em % (percentagem), decorre da média da classificação atribuída ao trabalho efetuado (0 ou 1) e da importância relativa dos níveis de qualidade da limpeza (1 - menor importância a 3- maior importância). Uma avaliação do Estado de Limpeza é considerada conforme se o resultado final da auditoria for igual ou superior a 80%.
7. A avaliação dos processos e meios utilizados na execução das tarefas de limpeza é efetuada continuamente pelo Gestor de Contrato, podendo suportar-se nas auditorias realizadas ao estado da limpeza e em informações dos colaboradores da NOVA FCT.

8. O resultado da avaliação dos processos e meios utilizados decorre da identificação e somatório mensal das não conformidades por grau de gravidade – muito grave ou grave. Uma avaliação dos processos e meios utilizados é considerada conforme se no máximo houver uma infração muito grave e uma infração grave.

Cláusula 35.ª

Fiscalização e controlo de qualidade

1. A fiscalização da prestação dos serviços, será exercida pela NOVA FCT, através da Divisão de Sustentabilidade e Espaços Verdes.
2. Cabe à NOVA FCT, sempre que se verifique que algum dos trabalhadores, designados para o serviço, não reúna as condições necessárias ao desempenho das funções, designadamente, incorreção no trato, desleixo ou negligência no cumprimento do Serviço, solicitar a substituição imediata do mesmo, mediante simples comunicação por escrito.
3. O Adjudicatário deverá dispor, igualmente, de um Livro de Registo dos Trabalhadores, com termo de abertura e todas as folhas rubricadas pela Fiscalização, em local acessível a esta, onde indicará os trabalhadores afetos ao serviço e respetiva categoria.
4. As alterações dos trabalhadores afetos ao serviço deverão ser comunicadas e autorizadas previamente pelo adjudicante, e deverão ser posteriormente registadas no Livro de Registo dos Trabalhadores no prazo máximo de 24 horas.
5. O pessoal afeto ao serviço fica sujeito ao controlo de assiduidade (entradas e saídas) através do registo eletrónico utilizado pelos colaboradores da própria NOVA FCT, disponível nos locais a designar.
6. No caso de faltas dadas pelo pessoal, destinado pelo Adjudicatário para a realização das tarefas contratuais, o Adjudicatário garantirá a sua substituição em categoria e número igual. Caso não ocorra a substituição, serão aplicadas as sanções previstas na Cláusula 7ª, acrescido do crédito do valor horário definido na tabela de preços unitários das horas (**Anexo XII**) correspondentes.
7. A substituição dos produtos ou de equipamentos de limpeza apresentados na proposta deve ser submetida à aprovação prévia da NOVA FCT.
8. O cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações do cliente para supervisão da prestação de serviço por parte do Adjudicatário, nunca poderá ser inferior a uma visita por cada período de 14 dias.

Cláusula 36.ª

Auditorias / Fiscalização

1. As auditorias são realizadas por edifício, sendo o/a supervisor (a) convocada com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, para acompanhar os auditores da NOVA FCT.

2. De cada auditoria será elaborada ata com o registo dos incumprimentos.
3. As auditorias poderão ser feitas por amostragem cabendo à NOVA FCT selecionar as áreas a auditar.

Cláusula 37.^a

Prestação de serviços adicionais

1. A NOVA FCT poderá requerer com a antecedência mínima de 12 (doze) horas, por correio eletrónico, a prestação de serviços adicionais, regendo-se o preço pela tabela de preços unitários apresentada com a proposta do Adjudicatário (**Anexo XII**).
2. A NOVA FCT poderá solicitar prestações de serviços de limpeza para acorrer a situações de emergência fora do horário laboral, noites, feriados e fins de semana, regendo-se o preço pela tabela de preços unitários mencionado no n.º 1.
3. Para o efeito do número anterior, deverá ser disponibilizado um contacto de emergência disponível 24 (vinte e quatro) horas por dias, todos os dias do ano.

Cláusula 38.^a

Conduta Ambiental

As regras de conduta ambiental existentes na NOVA FCT, que constam do **Anexo XIII**, deverão ser integralmente cumpridas e firmadas no ato da adjudicação do trabalho.

Cláusula 39.^a

Formação técnica do pessoal/equipamentos

São obrigações do Adjudicatário:

- a) O fornecimento do número de pessoal acordado no contrato.
- b) O fornecimento da formação técnica ao quadro de pessoal adstrito à prestação de serviço.
- c) O fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas/utensílios requeridos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 40.^a

Instrumento de regulamentação de trabalho

1. O Adjudicatário deverá assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as que resultam do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor.
2. O Adjudicatário deverá formar e consciencializar os trabalhadores quanto às necessidades básicas de comportamento, higiene pessoal e prevenção de acidentes de trabalho.

Cláusula 41.^a

Regulamentação interna da NOVA FCT

1. Todo o pessoal ficará sujeito às normas de segurança e ao Código de Conduta Ambiental em vigor na NOVA FCT **(Anexo XIII)**.
2. O concorrente deverá inteirar-se dos condicionalismos relativos à execução de serviços, não se admitindo reclamações com fundamento no seu desconhecimento.
3. Considera-se que o concorrente, quando da apresentação da proposta, se inteirou dos pormenores relativos à natureza, execução e dificuldades dos trabalhos a executar.